



Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Belo jardim
Avenida Coronel Geminiano Maciel, n.º 373, Boa Vista
CEP: 55.157-010 – Belo Jardim - PE
Telefone: (81) 3726-6370 | CNPJ: 05.782.177/0001-00
E-mail: belo jardimprev@gmail.com

DECLARAÇÃO

Declaramos, para fins de prova junto ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, em atendimento ao **Item de nº 29 do (Anexo X) da Resolução T.C. Nº 110/2020** que o último recenseamento realizado no Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim foi em **2019**.

Belo Jardim, 07 de abril de 2021.


Adenmo Cordeiro de Lucena Monteiro
Diretor Presidente





DECRETO Nº 009, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Regulamenta a realização do Recadastramento dos aposentados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, do Município de Belo Jardim - PE e adota outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE Belo Jardim, Estado do Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, e, em cumprimento as determinações legais contidas no artigo 9º, inciso II, da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Recadastramento dos segurados do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS de Belo Jardim – PE (Belo Jardim Prev), que tem por finalidade a atualização e consolidação do banco de dados do RPPS para emissão de relatórios gerenciais e atendimento a normas constitucionais sobre a matéria, buscando o equilíbrio financeiro e atuarial do regime previdenciário.

Parágrafo único - O Recadastramento Previdenciário é de caráter obrigatório para todos os aposentados e pensionistas, no qual acontecerá captação de imagem e digitalização dos documentos originais.

Art. 2º A Unidade Gestora Previdenciária do Fundo de Previdência do Regime Próprio de Previdência Social de Belo Jardim - PE, BELO JARDIM PREV, será a responsável pela organização, implementação e gerenciamento da programação e fiscalização da execução do Recadastramento Previdenciário, assim como pela transmissão dos dados para o banco de dados de que trata o art. 1º.

Art. 3º Os recursos financeiros para o custeio da realização do Recadastramento Previdenciário, no que couber, serão à conta de dotação orçamentário do BELO JARDIM PREV.

Art. 4º O Recadastramento Previdenciário será realizado no período de 08 de abril de 2019 a 10 de maio do corrente ano neste Município, das 7:30h às 15:00h (de segunda a sexta), na sede do BELO JARDIM PREV – LOCALIZADA Rua Quitéria Neves, 06, São Pedro, nesta cidade, conforme critérios e datas descritas nos parágrafos abaixo

§ 1º - A convocação dos aposentados e pensionistas e demais segurados será por ordem alfabética seguindo o seguinte cronograma:

- I – De 08/04/2019 a 12/04/2019 – INICIAIS DO NOME DE LETRAS A até E
- II - De 15/04/2019 a 19/04/2019 – INICIAIS DO NOME DE LETRA F até L
- III- De 22/04/2019 a 26/04/2019 – INICIAIS DO NOME DE LETRAS M até R
- IV- De 29/04/2019 a 03/05/2019 – INICIAIS DO NOME DE LETRAS S até Z
- III- De 06/05/2019 a 10/05/2019 – FALTANTES;

§ 2º - Serão destinados coletores de dados treinados para atender ao cronograma previsto no parágrafo anterior.



Art. 5º Os locais e datas citadas no artigo anterior para realização do Recadastramento Previdenciário poderão ser modificados visando à otimização de atendimento ao público-alvo, objeto deste Recadastramento Previdenciário.

Parágrafo Único - O Recadastramento Previdenciário será precedido de ampla divulgação na mídia/impressa radiofônica e eletrônica, e sempre que houver alterações estas serão divulgadas amplamente e com antecedência.

Art. 6º Na execução do Recadastramento Previdenciário compete à equipe coletora efetuar a complementação, alteração e a validação dos dados cadastrais dos servidores inativos e pensionistas do Município de Belo Jardim - PE, em base de dados disponibilizada por meio do Sistema Previdenciário de Gestão de Regimes Próprios de Previdência Social - SIPREV/Gestão nos termos estabelecidos pelo BELO JARDIM PREV.

Parágrafo único - Os Servidores aposentados deverão apresentar a documentação dos seus dependentes, quando houver, e os pensionistas do(a) servidor(a) instituidor(a) da pensão durante a execução do Recadastramento Previdenciário.

Art. 7º O Recadastramento será realizado mediante a apresentação dos seguintes documentos obrigatórios:

I – Para o Recadastramento dos servidores Aposentados:

- a) Documento de identificação com foto (carteira de identidade ou carteira de habilitação ou carteira profissional com validade em todo o território nacional emitida por órgão de regulamentação profissional);
- b) CPF;
- c) Comprovante de residência atualizado nos últimos três meses (conta de água, luz ou telefone, ou declaração de residência expedida pela delegacia de Polícia local);
- d) Último contracheque dos proventos;
- e) PASEP/PIS/NIT;
- f) Título de eleitor;
- h) Certidão de casamento ou Declaração/Sentença de União Estável;
- i) Documento de identificação com foto ou Certidão de Nascimento do(s) dependente(s);
- j) CPF do(s) dependente(s);
- k) Laudo médico atestando incapacidade definitiva, no caso de maior inválido; e
- l) Termo de Curatela ou Interdição, no caso de inválido.

II – Para o Recadastramento dos Pensionistas:

- a) Documento de identificação com foto (carteira de identidade ou carteira de habilitação ou carteira profissional com validade em todo o Território Nacional emitida por órgão de regulamentação profissional);
- b) CPF;
- c) Comprovante de residência (conta de água, luz ou telefone – de um dos últimos 3 (três) meses ou declaração de residência expedida pela delegacia de Polícia local);



- d) Certidão de casamento ou Declaração/Sentença de União Estável;
- e) Certidão de nascimento;
- f) Último contracheque da pensão;
- g) Certidão de óbito do instituidor da pensão; e
- h) Número do CPF do instituidor da pensão.

Art. 8º São considerados dependentes, para efeito de Recadastramento Previdenciário, elencados no art. 10 da Lei Municipal nº 1.601/2004, a saber:

I - o(a) cônjuge; companheiro(a); o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido;

II - os pais inválidos, desde que não sejam beneficiários de outro sistema de previdência; e

III - o irmão ou irmã inválido(a) ou menor de 18 (dezoito) anos, que viva sob dependência do(a) servidor(a) cujos pais não tenham condições de assistência e que não estejam inscritos em outro regime de previdência.

Art. 9º O Recadastramento é de caráter obrigatório e pessoal, devendo o servidor aposentado e pensionista comparecer pessoalmente no local e horários definidos nos termos do artigo 8º munido da documentação descrita no artigo 7º para realização do Recadastramento Previdenciário.

§ 1º O servidor aposentado e o pensionista que não comparecer para realizar o Recadastramento de atualização cadastral terá o pagamento de seus proventos ou pensão imediatamente suspenso a partir do mês posterior a conclusão do Recadastramento, ficando seu restabelecimento condicionado ao comparecimento à Unidade Gestora do RPPS para sua regularização;

§ 2º O restabelecimento do pagamento dar-se-á na folha de pagamento do comparecimento para regularização caso esteja aberta, e no mês imediatamente posterior ao comparecimento para regularização, caso fechada quando do comparecimento, sendo incluída, em todo caso, a diferença referente ao(s) pagamento(s) bloqueado(s);

§ 3º Após seis meses de suspensão, será cancelado o pagamento dos proventos da aposentadoria ou pensão, por não realização do Recadastramento Previdenciário Cadastral, observando-se o direito à ampla defesa e ao contraditório, sendo notificado previamente pelo RPPS;

§ 4º O servidor aposentado e o pensionista que se encontrar incapacitado para comparecer ou se locomover até ao local do Recadastramento poderá se fazer representar por procurador legal junto ao atendimento especializado do RPPS, na semana destinada à sua letra, para agendamento de visita *in loco* da equipe de recadastramento, informando o endereço completo com ponto de referência.

§ 5º Nos casos descritos no parágrafo anterior, o servidor aposentado e o pensionista, não sendo localizado, será notificado por meio de correspondência, concedendo-lhe o prazo de 30 dias para a realização do Recadastramento. Após este prazo, a ausência não justificada acarretará a suspensão do seu pagamento.

Art. 10 O Servidor Público aposentado e o pensionista que se encontrar fora do Município ou Estado deverá realizar o Recadastramento por meio do aplicativo PREV+, disponível na App Store



(IOS) e Google Play (Android), ou, se preferirem, no endereço eletrônico: <http://prevmais.3itconsultoria.com.br/app/#/login/982333>, e encaminhar ao BELO JARDIM PREV documentação constante no art. 7º, através do e-mail recadastramento.bjprev@gmail.com.

Parágrafo único – O Servidor Público aposentado e o pensionista que se encontrar no exterior deverá proceder da forma descrita no *caput*.

Art. 11 O Recadastramento Previdenciário será desenvolvido sob as seguintes diretrizes:

- I - Integração de sistemas e bases de dados;
- II - Inclusão dos dados cadastrais no SIPREV/GESTÃO de forma progressiva;
- III - Realização permanente de Recadastramento Previdenciário com a utilização do aplicativo PREV+ e sistema SIPREV/GESTÃO;
- IV - Validação dos dados no SIPREV/GESTÃO e transmissão para o RPPS e Órgãos de Controle;
- V - Tratamento das informações retornadas em forma de relatórios gerenciais;
- VI - Melhoria da qualidade dos dados dos segurados do RPPS do Município de Belo Jardim - PE;
- VII – Aumento da capacidade de previsão de concessão dos benefícios de pensão por morte por falecimento de servidor aposentado;
- VII - Ampliação do movimento da qualidade e produtividade no setor público.

Art. 12 O público-alvo a ser Recadastrado é responsável pela veracidade das informações prestadas, ficando sujeito às sanções administrativas e penais por qualquer informação incorreta.

Art. 13 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELO JARDIM – PE, em 22 de fevereiro de 2019.


FRANCISCO HÉLIO DE MELO SANTOS
PREFEITO